

economia

Grupo dono da Tok&Stok pede recuperação judicial

Varejista de móveis e decoração reporta dívidas que somam R\$ 1,1 bi

/ REESTRUTURAÇÃO

O Grupo Toky, dono das redes de móveis e decoração Tok&Stok e Mobly (e-commerce de móveis), entrou com pedido de recuperação judicial ontem em meio ao agravamento de sua crise financeira e operacional, após meses de aumento das reclamações de consumidores sobre atrasos nas entregas, dificuldades para obter reembolso e falhas de atendimento. A empresa informou que a dívida é de cerca de R\$ 1,1 bilhão. “Apesar dos esforços empregados pela administração na negociação da reestruturação do endividamento junto aos credores da controlada Tok&Stok, o alto endividamento do grupo persiste e vem se agravando”, afirmou em comunicado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A companhia aponta que a recuperação judicial é conse-

quência de um ambiente macroeconômico desafiador.

De acordo com o grupo, a situação “exige a adoção urgente de medidas adicionais destinadas a preservar suas atividades, proteger sua liquidez e permitir a implementação de uma reestruturação ordenada de seu endividamento e de sua estrutura de capital”. As ações da empresa derretem na Bolsa de Valores brasileira. Por volta das 12h, os papéis eram negociados a R\$ 0,17, queda de 41%. Na mínima do pregão, as ações chegaram a cair 45%. Entre 10h e 11h, as ações entraram em leilão, mecanismo em que as operações com um ativo são temporariamente suspensas devido à alta volatilidade. No acumulado do ano, os papéis têm queda de 79%. A empresa disse que o pedido de recuperação judicial, autorizado pelo conselho de administração, busca “resgar-

dar a companhia e as suas controladas, viabilizar a continuidade de suas atividades, preservar os serviços por elas prestados, preservar seu valor e sua função social, bem como criar condições para a negociação e implementação de solução adequada para suas obrigações”.

O pedido foi ajuizado na Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível do Estado de São Paulo, sob sigilo de justiça. O avanço dos problemas já vinha sendo percebido pelos clientes da varejista. Entre as principais queixas relatadas estavam demora na entrega de produtos, ausência de devolução de valores pagos e dificuldade de comunicação com a empresa. Em entrevista, Victor Noda, CEO do grupo Toky, afirmou que a rede enfrentava problemas de integração desde que a Mobly propôs a compra da Tok&Stok, em agosto de 2024. A opera-



VITÓRIA ARAGON/DIVULGAÇÃO/JC

Fundada em 1978, Tok&Stok é marca voltada às classes A e B

ção marcou uma tentativa de reorganização da companhia em meio à deterioração do negócio.

Fundada em 1978 pelo casal francês Ghislaine e Régis Dubrule, a Tok&Stok se consolidou no mercado brasileiro como referência em móveis e itens de decoração voltados às classes A e B, apostando em design contemporâneo e lojas de grande porte em bairros nobres e shopping centers. O crescimento, porém, foi acompanhado de um aumento do endividamento da companhia. Em 2012, os fundadores venderam o controle da empresa para a gestora de private

equity Carlyle. Já a Mobly, empresa baseada no comércio eletrônico e mais direcionada ao público de classe C, também passou a enfrentar dificuldades após o forte crescimento registrado durante a pandemia de Covid-19. Com a desaceleração do consumo digital no pós-pandemia, o setor de móveis passou a conviver com margens mais pressionadas e queda na demanda. O pedido de recuperação ocorre em um cenário de retração do varejo de bens duráveis e de maior seletividade do consumidor, afetando empresas dependentes de crédito e de logística complexa.

ACPA debate sobre ambientes de trabalho saudáveis

/ LEGISLAÇÃO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

A garantia de ambientes de trabalho saudáveis nas empresas, práticas de gestão revistas pelas organizações e a proteção das condições de trabalho para os funcionários foram alguns dos temas discutidos ontem na reunião-almoço da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA). Com o tema “Saúde Mental dos trabalhadores e o impacto da NR-1 nas empresas”, o debate reuniu a consultora e psicóloga organizacional, Angelita Gar-

cia, a advogada trabalhista empresarial, Carla Regina Wedy e o presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Marcelo Matias.

Segundo Angelita Garcia, existe uma resistência dos empresários com relação à implementação da NR-1. “A NR-1 vai exigir uma mudança cultural profunda, priorizando o fator humano e a gestão de riscos psicossociais, como sobrecarga de trabalho e ambientes tóxicos”, comenta. Segundo a psicóloga, a legislação é multidisciplinar, ao unir segurança do trabalho, recursos humanos e governança para garantir produtividade

e bem-estar. “Apesar da tensão do empresariado, a expectativa é que a norma resulte em empresas mais rentáveis e profissionais mais valorizados a longo prazo”, acrescenta.

Carla Wedy destaca que a NR-1, que entra em vigor no dia 26 de maio, tem como foco o gerenciamento de riscos ocupacionais nas empresas. A advogada trabalhista comenta que embora existam questionamentos jurídicos sobre as sanções, a obrigatoriedade de implementação permanece vigente para a maioria das empresas, exceto Microempreendedores Individuais (MEIs) e empresas de pequeno porte. Para Carla, a principal mudança causada pela NR-1 é a transição de uma cultura de compensação financeira por riscos para uma de prevenção sistemática. O presidente do Simers destaca a deterioração do bem-estar psicológico no ambiente corporativo e a urgência de adequação às novas normas regulamentadoras para mitigar riscos produtivos e humanos. Diante da escassez de leitos e serviços psiquiátricos no estado, especialmente no interior, o médico aponta a necessidade de fortalecer a rede de atendimento público e privado. Matias defende a criação de ambientes acolhedores e a capacitação de gestores.

Estado projeta receber mais de 1,2 milhão de turistas no inverno

/ TURISMO

Alessandra Xavier
alessandram@jcrs.com.br

A Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul (Setur-RS) apresentou ontem as perspectivas para a temporada de inverno de 2026 no Estado. Durante a cerimônia, realizada no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, em Porto Alegre, foram destacadas ações voltadas ao fortalecimento do turismo regional e à valorização das potencialidades culturais das 28 principais regiões gaúchas. O período oficial da estação, considerado o de maior fluxo de visitantes no Rio Grande do Sul, inicia-se em 22 de junho e se estende até 22 de setembro.

Segundo o secretário de Turismo, Raphael Ayub, a previsão é de um crescimento de 18% no número de turistas em comparação com o mesmo período de 2025. Para além dos destinos clássicos da Serra Gaúcha, é esperado por Ayub que o fluxo de visitantes também atinja cidades mais distantes dos principais centros econômicos da Capital, focadas nas regiões de fronteiras. “Nós te-

mos outras regiões que também têm um inverno muito característico e experiências singulares, como é o caso das Missões, que celebra 400 anos em 2026, além do próprio Pampa Gaúcho.”

A estimativa do balanço, realizado pelo Observatório de Turismo da Secretaria, com base em dados da ForwardKeys, é de que 1,2 milhão de passageiros desembarquem nos aeroportos gaúchos entre 1º de junho e 31 de agosto. Ainda segundo o levantamento, as intenções de viagem para o extremo Sul do Brasil somavam 5,3 milhões de buscas no mercado turístico, representando aumento de 21% comparado ao ano anterior, originados de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Belo Horizonte. No cenário internacional, o Uruguai representa o principal parceiro de viagens, com 68% estimados em intenções de viagens que saem de lá com destino ao Rio Grande do Sul.

Na ocasião, também foi apresentada a plataforma “Viva o RS” do governo estadual em parceria com o Sebrae, com o objetivo de divulgar o turismo na região a partir de uma curadoria de ativações.



CLÁUDIO ISAÍAS/ESPECIAL/JC

Diretrizes da NR-1 dominaram o tema entre os participantes